

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.937 - RJ (2018/0318363-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
AGRAVANTE : CAPEMISA - INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL
ADVOGADO : RODRIGO JOSÉ DE KUHL E CARVALHO E OUTRO(S) -
RJ074645
AGRAVADO : LIZONETE SANTOS DE MOURA
ADVOGADOS : RIVALDO JOSE DA SILVA - RJ188546
ROSÂNGELA BRIGIDA DE LIMA E OUTRO(S) - RJ159836

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por CAPEMISA – INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL e OUTRA, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 438-529, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 222-233, e-STJ):

AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER, REPETIÇÃO DO INDÉBITO E INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. CAPEMISA. PLANO DE PREVIDÊNCIA. ALEGAÇÃO DA AUTORA DE QUE TERIA CONTRATADO PLANO CUJAS REGRAS AUTORIZAVAM O RESGATE DAS PARCELAS DE CONTRIBUIÇÃO APÓS CINCO ANOS E QUE, PASSADO O INTERREGNO, FOI INFORMADA DE QUE O PLANO SERIA DE PECÚLIO POR MORTE E QUE, SE OPTASSE PELO RESGATE EM VIDA, RECEBERIA APENAS 1/5 DOS VALORES DAS CONTRIBUIÇÕES. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA.

1. Relação de consumo, nos termos da Súmula 563 do STJ: “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.” (Súmula 563, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/2016, DJe 29/02/2016).

2. “Proposta de Inscrição” assinada pela autora que nada esclarece acerca das condições do contrato celebrado. Inexistência de prova de que o réu atendeu ao seu dever de informação, assegurando ao consumidor a prévia ciência e a devida compreensão do produto ofertado, conforme lhe competia, nos moldes do art. 373, inciso II, do CPC.

3. Rompimento da legítima expectativa do consumidor e flagrante violação dos princípios da boa-fé, confiança e informação que, como de comum sabença, devem nortear as relações jurídicas (art. 4º, I, III, IV e 31 do CDC).

4. Resolução do negócio jurídico. Acolhimento da pretensão autoral de cessação dos descontos dos valores das contribuições incidentes sobre a remuneração da autora, assim como de devolução integral dos valores já pagos.

5. Dano moral não caracterizado. Súmula nº 75 desta Corte.

6. Sucumbência recíproca.

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA CONDENAR A RÉ A RESTITUIR O VALOR DE CADA UMA DAS PARCELAS PAGAS PELA AUTORA, DE FORMA SIMPLES, A SER CORRIGIDO MONETARIAMENTE, A PARTIR DA DATA DE CADA DESEMBOLSO, E ACRESCIDO DE JUROS DE 1% AO MÊS, DESDE A CITAÇÃO.

Opostos embargos de declaração (fls. 253-266, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 283-286, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 294-351, e-STJ), os recorrentes, além de dissídio jurisprudencial, apontam violação aos artigos 1.452 do Código Civil de 1916, 764 do Código Civil de 2002; 73 e 75 da Lei Complementar nº 109/01, 369, 375, 489, 1.022, 1.025 do CPC/2015; e 1º e 6º da LINDB.

Sustentam, em síntese, que: a) é indevida a restituição das contribuições pagas pelos insurgentes; b) é quinquenal o prazo prescricional aplicável à espécie; c) é inviável a aplicação do CDC ao caso em tela, uma vez que o contrato fora firmado antes de sua vigência e que se trata de entidade de previdência complementar aberta sem fins lucrativos; d) a recorrida tinha clara ciência do conteúdo do regulamento do plano; e e) deve ser reconhecida a violação ao art. 1.022 do CPC/2015 acaso não se considere prequestionada a matéria.

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 416, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 423-426, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) aplicar-se-iam ao caso os enunciados nº 5 e 7 da Súmula do STJ; e b) a mera transcrição de ementas não permite a demonstração de dissídio jurisprudencial.

Irresignados, aduzem os agravantes, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) o exame pretensão não demanda reanálise da matéria de fato; e b) o dissenso pretoriano foi satisfatoriamente exposto.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo merece prosperar.

1. Com efeito, verifica-se que o Tribunal local, a despeito de instado em sede de embargos de declaração (fls. 253-266, e-STJ), não se manifestou acerca da aventada incidência do prazo prescricional quinquenal à pretensão de ressarcimento das contribuições vertidas à recorrida pela autora, nos termos do art. 75 da Lei Complementar nº 109/01.

Nesse sentido, de rigor o reconhecimento da alegada violação ao art. 1022 do CPC/2015, uma vez que, conforme apontado pela recorrente, o Tribunal *a quo* não se manifestou acerca de todos os pontos necessários à solução da lide.

No ponto, relevante a menção aos seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INSTRUMENTO PARTICULAR DE RESCISÃO CONTRATUAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. OMISSÃO NÃO SANADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Constatada a existência de omissão não sanada no acórdão proferido

pelo Tribunal local, a despeito da interposição de embargos de declaração, é de rigor o reconhecimento de violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, por negativa de prestação jurisdicional, com a determinação de retorno dos autos à origem para que se realize novo julgamento.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 889.277/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TELEFONIA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. MODALIDADE. PCT. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO PROVIDO.

1. Há violação do art. 535 do CPC/73 quando, apesar do requerimento da parte, a Corte de origem se recusa a se manifestar sobre as questões federais que lhe foram apresentadas por ocasião dos embargos de declaração, relevantes ao deslinde da controvérsia.

2. Agravo interno provido para dar parcial provimento ao recurso especial, com determinação do retorno dos autos ao Tribunal de origem para que sane as omissões verificadas.

(AgInt no AREsp 843.220/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 19/06/2018)

2. Diante do acolhimento da apontada violação ao art. 1022 do CPC/2015, resta prejudicada a apreciação das demais questões suscitadas no âmbito do recurso especial.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, conheço do agravo para, desde logo, dar provimento ao recurso especial. Por conseguinte, determino o retorno dos autos à origem, para que o Tribunal *a quo* se manifeste acerca da omissão pertinente à incidência do lapso prescricional quinquenal ao pedido de restituição das parcelas pagas pela recorrida à ora recorrente.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator